

Renda transferida

Philippe Van Parijs

O Globo (Rio de Janeiro), 17.09.2010

Pela primeira vez, a Rede Mundial da Renda Básica (Basic Income Earth Network Bien) realizou seu congresso no Brasil. Houve boas razões para essa escolha. O sistema de transferência de renda brasileiro é um dos mais abrangentes entre aqueles implementados nos países em desenvolvimento e algumas vezes apresentado como um dos que mais se aproximam do verdadeiro sistema de uma renda básica. O presidente da República sancionou, em janeiro de 2004, uma lei que, explicitamente, tem como objeto a introdução de uma renda básica incondicional e individual para todos os residentes permanentes no país. Isso é algo que nenhum outro país fez. E foi por sugestão do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy que a Bien se transformou, em 2004, de Rede Europeia de Renda Básica para Rede Mundial de Renda Básica. Suplicy foi o primeiro Senador do PT, e representa o estado de São Paulo no Senado há mais de 19 anos.

Graças ao trabalho árduo e inteligente de uma equipe organizadora, liderada por Lena Lavinias, Fábio Waltenberg e Célia Kerstenetsky, o encontro foi uma ocasião fantástica para compartilhar informações, conhecer novas iniciativas e renovar contatos fraternais. O Congresso Internacional foi realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, de 30 de junho a 2 de julho. Contou com mais de 500 participantes de cerca de 30 países, e teve 192 apresentações (que podem ser vistas em www.bien2010brasil.com). A conferência final proporcionou a oportunidade de olhar para trás e pensar à frente, com quatro dos estudiosos que fundaram a Bien, em Louvain-la-Neuve, Bélgica, em 1986. Na véspera, o Comitê Executivo da Bien foi recebido em longa audiência pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que explicou como os objetivos da Bien já estavam, em parte, sendo atendidos pelos programas sociais existentes no Brasil.

Várias sessões, como a apresentada pela diretora do programa Bolsa Família, Lúcia Modesto, foram dedicadas aos resultados desse programa e de como os desafios por ele enfrentados podem preparar o caminho para a introdução da Renda Básica de Cidadania no Brasil. Programas de Transferência de Renda com condicionalidades, como o Bolsa Família, inevitavelmente geram problemas em sua implementação numa economia com grande setor informal.

O Congresso também proporcionou uma oportunidade para ouvir o que está acontecendo em diferentes países com relação à renda básica. Por exemplo, a feliz oportunidade de comparar as experiências locais de implantação da renda básica na Namíbia e no Brasil como o passo pioneiro de Santo Antônio do Pinhal, ou, ainda, a que será implantada, em breve, na Índia.

A notícia mais surpreendente, entretanto, veio do Irã. Em janeiro de 2010, o Parlamento iraniano aprovou por maioria apertada a chamada lei de subsídio dirigido, que combina duas medidas. Primeiro, retirou o grande subsídio ao consumo de petróleo iraniano às famílias e às empresas. Fizeram isso alinhando os baixos preços

internos do petróleo aos preços internacionais. Segundo, compensaram o aumento geral de preços no padrão de vida da população introduzindo um subsídio em dinheiro para mais de 70 milhões de cidadãos iranianos, para ser pago aos chefes de família. O valor estimado é de cerca US\$ 20 por pessoa/mês, devendo aumentar gradualmente até US\$ 60/pessoa/mês. Os ricos, que consomem diretamente mais petróleo que a média da população, não serão totalmente compensados pelo aumento do preço do petróleo, mas os pobres serão automaticamente muito mais que compensados. É esperado que essa lei, que entra em vigor no próximo dia 21, tenha duplo efeito: promover o uso mais eficiente dos escassos recursos naturais e reduzir o nível de desigualdade social. Trata-se de experiência que merece ser estudada e talvez emulada por outros países.

* PHILIPPE VAN PARIJS, presidente do Conselho Internacional Consultivo da Bien, é professor da Universidade Católica de Louvain e de Harvard.